



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete
Assessoria Especial

Ofício Nº 600/2021 - SEDES/GAB/ASSESP

Brasília-DF, 09 de abril de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Presidente **Paulo Tadeu Vale da Silva**
Tribunal de Contas do Distrito Federal
Brasília - DF

Assunto: Decisão 123/2021. Programa Mobilidade Cidadã.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, reporto-me ao Ofício Nº 424/2021-GP (55919515), que trata da representação formulada pelo Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, do Ministério Público com a Corte, acerca de possíveis irregularidades ocorridas na execução do Programa Mobilidade Cidadã, instituído pela Lei nº 6.621/2020, com o objetivo de conceder ajuda financeira à categoria dos permissionários e concessionários de transporte coletivo escolar urbano e de turismo no Distrito Federal, em virtude dos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 nesse setor.

Consoante a Decisão em tela, foi determinado à SEDES que apresente ao Tribunal de Contas do DF circunstanciados esclarecimentos quanto ao teor da Representação nº 15/2020 GP (55966594).

Todavia, constatou-se a necessidade de envio dos autos ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN para que fossem feitos esclarecimentos acerca dos apontamentos da Representação 15/2020 G4P e checagem dos requisitos legais em face dos cadastros do órgão citado, em complementação à resposta a essa Corte de Contas.

Nesse sentido, em complementação à resposta desta Secretaria de Estado constante no Ofício 310 (56491288), emitiu-se o Ofício 317 (56547549), no qual foram solicitados os devidos esclarecimentos ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal, conforme processo SEI nº 00431-00005129/2021-21.

Diante disso, a Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito - Dirpol do Detran/DF, por meio do Despacho - DETRAN/DG/DIRPOL (57502701), se manifestou assim:

[...]

Os autos foram encaminhados a Unidade de Operação Técnica de Trânsito (Uote), setor competente para a apreciação da matéria, o qual informou que as informações cadastrais que foram produzidas e listadas atinentes ao pagamento do auxílio levaram em consideração os preceitos contidos na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Capítulo XIII (CTB), legislação distrital (Leis Distritais nº 1.585, de 24 de julho de 1997, alterada pela Lei Distrital nº 2.819, de 19 de novembro de 2001, e Decreto Distrital

n.º 37.332, de 12 de maio de 2016) e Parecer n.º 628/2015 - PRCON-PGDF, procedente da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que versa acerca da natureza da prestação do serviço de transporte coletivo de escolares do Distrito Federal.

A Unidade de Operação Técnica de Trânsito desta autarquia pontua que, em relação ao recebimento indevido por parte de agentes públicos, antes da publicação do Decreto Distrital n.º 37.332, de 12 de maio de 2016, as legislações federal e distritais sobre o assunto não fizeram restrições ao acesso à concessão ou autorização por parte de quem exercia função ou cargo público. Essa restrição surgiu com o advento do referido decreto distrital, em seu Art. 5º, que trouxe como exigência a prestação de uma declaração por parte do proponente de que não exerce cargo ou função pública e o compromisso de manter as informações cadastrais atualizadas quando do ingresso no Serviço de Transporte Coletivo de Escolares do Distrito Federal (STCE/DF), conforme se depreende da declaração anexa (Sei n.º 57250061).

Alfim, a Uote esclarece que, em 2015, por solicitação deste Departamento de Trânsito, por meio de nomeação de Grupo de Trabalho, cuja finalidade era a de produzir estudos que pudessem corroborar o entendimento da atual legislação que rege o aludido transporte, fora emitido o Parecer n.º 628/2015 - PRCON-PGDF (57250578), o qual conclui que a natureza da prestação do Sistema de Transporte Coletivo de Escolares (STCE) é privada, cabendo ao Detran/DF o controle e a fiscalização nos termos da legislação federal retrocitada. Dessa forma, cabe a esta autarquia manter atualizadas, semestralmente, as vistorias dos veículos utilizados neste transporte visando, principalmente, a segurança, o conforto e a higiene dos transportados, e emitindo, no mesmo período, autorização com vistas à sua regularização. Nessa toada, o setor responsável conclui que a regularização mencionada no Artigo 1º, da Lei Distrital n.º 6.621/2020, firmou-se na autorização que obedecera o período de renovação e que dia 31 de janeiro de 2020 estava devidamente válida.

Ainda, após manifestação do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN, a Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social/Sedes, manifestou-se por meio do Despacho SEDES/SEADS (59004338), no qual cita:

"Nesse contexto, conforme dispõem os mencionados contratos de prestação de serviços, a SEDES contratou o BRB para **operacionalizar** o pagamento do benefício do programa Mobilidade Cidadã, que consiste na transferência de renda direta do Governo do Distrito Federal aos proprietários de ônibus e micro-ônibus ou outros veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo, por meio da emissão de um cartão, **mediante cadastros fornecidos pela Secretaria de Estado de**

Transporte e Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB,
Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal - SETUR
e Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran/DF.

Isso significa dizer que qualquer problema relacionado ao cadastro de beneficiários e/ou recebimento do benefício deve ser primeiramente solicitado e analisado perante os mencionados órgãos, com o objetivo de esclarecer possíveis irregularidades e/ou realizar os ajustes necessários."

Diante do exposto, restituo os autos ao Tribunal de Contas do Distrito Federal para conhecimento e regular prosseguimento do feito.

Permaneço à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais e aproveito o ensejo para manifestar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

MAYARA NORONHA ROCHA

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal



Documento assinado eletronicamente por **MAYARA NORONHA DE ALBUQUERQUE ROCHA - Matr.0276895-X, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal**, em 12/04/2021, às 16:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **59612019** código CRC= **A8754B1B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SEPN 515 Bloco A Ed. Banco do Brasil - Bairro Asa Norte - CEP 70770-501 - DF
3773-7180 / 3773-7192
Site: - www.sedes.df.gov.br